

REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

PASSOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Caderno temático 1
O QUE SÃO REDES DE
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA



PROJETO Projeto Redes: Passos Para a Sustentabilidade

Sumário Introdução **4**

Construção teórico-conceitual 5

Economia solidária 5

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) 6

Redes de cooperação solidária 6

Cadeia produtiva solidária 7

Arranjos econômicos territoriais 7

Diálogo entre teoria e prática 9

Emergência do conceito de redes 9

Integração do processo produtivo 10

Território 11

Produção, comércio e base de serviços 12

Fragmentação e heterogeneidade 15

Vantagens da organização em redes 17

Avançando nos conceitos de território, territorialidade e espaços públicos 19

Conclusões 21

Referências bibliográficas 22



Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS

Rua Ulisses Cruz, 46, Belenzinho
São Paulo - São Paulo
CEP 03077-00
www.ads.org.br
(055-11) 2799.49.99

Coordenador Geral
Ari Alorald do Nascimento

Coordenador
Administrativo Financeiro
Aparecido Donizeti da Silva

Coordenadora de Formação
Edjane Rodrigues Silva

Coordenador de Crédito
Antonio Carlos Spis

Coordenadora Adjunto
Maria das Graças Costa

Coordenador Adjunto
Marco Antonio A. Pimentel

Conselho Fiscal
Jasseir Alves Fernandes
Antonio Souza Ribeiro
Eduardo Lírio Guterra

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral do Projeto

Almir dos Santos Alves (economista)

Áreas Técnicas – responsáveis

Redes de Produção Solidária

Dimas Alcides Gonçalves (economista)

Redes de Comercialização Solidária

Leandro Pereira de Moraes (economista)

Redes de Assessoramento Técnico (Bases de Serviço)

Eliane Rosandiski (economista)

Planejamento

Jeferson de Oliveira Souza (sociólogo)

Educação Popular e Economia Solidária

Cláudio Nascimento (educador popular e especialista em economia solidária)

Técnicos de Campo

Lucimere da Silva Leão

Área Administrativa, Financeira e Física do Projeto responsáveis diretos

Cássia de Souza Ribeiro (cursista de Gestão Financeira): coord. administrativa, financeira e física do Projeto
Júlio Cesar Motta – assistente adm. fin. e físico do Projeto (graduado em Educação Física)
Tânia Donizeti Senson – assistente adm. fin. e física do Projeto (cursista em Gestão Empresarial)

Equipe de Apoio à Área Adm., Financeira e Física

Meriam Martins Silva e Fernando de Jesus Oliveira (cursista em Contabilidade)

Edição, revisão e projeto gráfico

Editora Limiar (www.editoralimiar.com.br)

Este Caderno Pedagógico é parte do conjunto de publicações gerado a partir da execução das ações do Projeto "Redes: Passos Para a Sustentabilidade", executado pela Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, tal qual exposto no Projeto Base que é parte integrante do Convênio 00028/2.013 – SICONV 782975/2.013, firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (SENAES/MT) e a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

Tiragem 500 exemplares | Distribuição gratuita | autorizada a reprodução parcial do conteúdo desde que citada a fonte,

Introdução

Diante da ampliação da participação de pessoas em atividades econômicas que se organizam conforme os princípios da economia solidária, faz-se necessário discutir quais alternativas que tais empreendimentos apresentam para superar suas fragilidades. Este caderno pretende explicar o que significa uma REDE e quais

as vantagens dessa forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários (EES). No campo da economia solidária, esta forma é relativamente recente e se apresenta como uma importante institucionalidade capaz de nortear e dar suporte à atuação dos empreendimentos a elas vinculados.

Este caderno tem como objetivos

- ▶ Reforçar o protagonismo das REDES na sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários no território.
- ▶ Realinhar os entendimentos quanto às noções de território e das bases de assessoramento como fio condutor da organização dos planejamentos estratégicos e de desenvolvimento no território.
- ▶ Recuperar os principais conceitos sobre Economia Solidária conforme publicações da Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária – Termos de Referência da Política Nacional de Economia Solidária produzidos em 2013. (marcos referenciais e conceituais)

Para atingir tais objetivos este caderno está dividido em três partes

- ▶ Apresentação da construção teórica/conceitual sobre os temas da organização dos empreendimentos econômicos no marco da economia solidária, e por isso chamado de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).
- ▶ Mostrar como o confronto/diálogo entre a teoria e a prática permitiu entender o conceito de REDES e seu papel na integração e desenvolvimento local.
- ▶ Apresentar as vantagens da organização dos EES em REDE.



Construção teórico-conceitual

No campo da economia solidária, a organização dos empreendimentos econômicos apresenta especificidades quando comparada aos chamados empreendimentos capitalistas para o mercado.

No que diz respeito aos marcos teóricos próprios e pertinentes ao tema, segue a apresentação dos

principais conceitos que compõem o corpo teórico. Esses conceitos foram retirados dos documentos e dos Termos de Referência da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) e das Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes).

Economia solidária

É o conjunto de atividades econômicas – produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras na forma coletiva e autogestionária. A economia solidária possui as seguintes características:

► **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união de esforços e capacidades, propriedade coletiva de meios de produção, partilha de resultados e responsabilidade soli-

dária. Está presente em diversos tipos de organizações coletivas: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, quilombolas, entre outros); clubes de trocas etc.

► **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas

e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Em um projeto autogestionário, apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem e nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Todo conhecimento produzido por assistentes técnicos ou por trabalhadores/as deve ser disponibilizado para todos/as.

► **Dimensão econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

São organizações coletivas, suprafamiliares, cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades assim como a distribuição

► **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores/as e consumidores/as; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Redes de cooperação solidária

São articulações formais ou não formais entre os EES e suas organizações de apoio para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas e/ou promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo dos bens, produtos e serviços. Têm como objetivos:

dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal.

- Fortalecer as redes de produção, comercialização e base de serviços;
- Romper com o isolamento e fragilidades estruturais dos EES;
- Propiciar o desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolver estratégias de viabilização de ocupação/trabalho e geração de renda;

- ▶ Compartilhar experiências técnicas e informações sobre a produção e mercado; e

- ▶ Propiciar ganhos de escala de produção.

Cadeia produtiva solidária

São estratégias de articulação de esforços focadas em determinado produto e/ou serviço agregando ações de produção, comercialização e base de serviços de forma intraempreendimento.

A produção, comercialização e a base de serviços (assessoramento) são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais, desde a produção de matérias-primas até o produto final. Seus objetivos básicos são:

- ▶ Oportunizar melhores condições de concor-

rência frente ao contexto competitivo em que os empreendimentos econômicos solidários estão inseridos;

- ▶ Reduzir as incertezas inerentes aos processos produtivos e de comercialização dos EES;

- ▶ Propiciar ganhos de escala na produção e comercialização dos produtos (redução de custos);

- ▶ Fomentar a cooperação técnica produtiva entre os EES de foco (único) em produtos/serviços; e

- ▶ Compartilhar suportes técnicos entre os EES de mesmo foco produtivo.

Arranjos econômicos territoriais (abordagem setorial do desenvolvimento)

Considera-se território o espaço físico, geograficamente definido com afinidades socioculturais, caracterizado por critérios multidimensionados tais como: o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural e as instituições políticas, grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

São características da abordagem territorial (ou dos arranjos econômicos territoriais):

- ▶ Mais do que uma questão de escala, trata-se de uma metodologia para favorecer os processos de desenvolvimento nos territórios;

- ▶ O desenvolvimento decorre da criação de

condições para que os agentes locais, públicos e da sociedade civil organizada, se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e limitações, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável;

- ▶ A possibilidade de implantar ações de economia solidária de maneira integrada visando a garantir o acesso a investimentos, à formação, a assessoria técnica e à comercialização aos empreendimentos solidários articulados territorialmente; e

- ▶ Visão integradora de espaços, atores sociais e de políticas públicas de intervenção, por meio da qual se pretende alcançar a geração de ri-

quezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; o uso sustentável dos recursos naturais; a inclusão social;

a valorização dos conhecimentos tradicionais e da diversidade cultural e étnica dos povos e comunidades.

Arranjos econômicos setoriais

A abordagem setorial considera a organização das iniciativas econômicas solidárias em setores ou segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias. Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES



para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço) e/ou promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços.

Quando esta articulação de empreendimentos abrange diferentes elos de uma mesma cadeia produtiva, trata-se de uma cadeia produtiva solidária. Desse modo, a produção e a comercialização de produtos são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias primas até o produto final.

A despeito desse marco conceitual fornecer pistas importantes quanto à organização em REDE, ele ainda é insuficiente quanto à funcionalidade desse tipo de organização.

Assim, para aprofundar a reflexão quanto à funcionalidade das REDES faz-se necessário incorporar à dimensão teórica as especificidades/experiências dos atores locais que optaram por esta forma de organização. Tema que será apresentado no próximo item.



Diálogo entre teoria e prática

Emergência do conceito de redes

O confronto do saber teórico, expresso nos conceitos que referenciam a construção das políticas públicas da SENAES, com a prática/experiência trazidas pelos atores em relação à sua organização em REDE, propiciou avançar muito na reflexão quanto ao seu papel.

Tal avanço só foi possível a partir do relato das experiências apresentadas nas Oficinas de Balizamento Conceitual e Metodológico do Projeto: Redes Solidárias: Passos para a Sustentabilidade.

Essas oficinas de balizamento conceitual permitiram avaliar o grau de compreensão e a aderência entre a prática e o conceito que as REDES possuíam acerca dos temas que perpassam a economia solidária e forneceram subsídios para validar os próprios conceitos.

Antes de apresentar os avanços na compreensão do que são as REDES, cabe retomar os elementos que surgiram das oficinas práticas e que foram centrais para a (re)construção do conceito de **redes**.

Integração do processo produtivo

O elemento norteador das oficinas de balizamento conceitual é a hipótese de que os processos produtivos devem ser (a) integrados entre si; (b) integrados aos processos de comercialização; e (c) integrados às bases de assessoramento. Essas diferentes esferas de integração devem traduzir e representar a comunidade.

Desse modo, as organizações das Redes de Cooperação Solidária não poderiam ser vistas como processos isolados ou estanques; ao contrário, as redes se ambientam pelo processo de integração das mais variadas esferas internas e externas à produção, como comercialização e políticas públicas e sociais.

As redes inseridas no *Projeto Redes Solidárias: passos para a sustentabilidade* tiveram como característica determinante a apresentação de um caráter transversal das ações. Em geral contemplavam os seguintes objetivos:

- ▶ **Econômicos** (geração de emprego e renda);
- ▶ **Sociais** (melhora das condições de sociabilidade e fortalecimento dos laços territoriais);
- ▶ **Políticos** (legitimação e reconhecimento de novos atores e criação de espaços públicos para analisar, discutir e resolver problemas);
- ▶ **Culturais** (novos padrões de produção e de consumo);



- ▶ **Ambientais** (reeducação ambiental em prol da sustentabilidade).

A pista dada pela palavra INTEGRAÇÃO confirmou que a organização dos processos produtivos deveriam estar integrados aos objetivos da comercialização. E que esta integração para comercialização demanda diversos níveis de suporte e de assessoramento à produção.

Ficou claro que tanto o discurso como as ações deveriam ir além e buscar representar o território envolvido e seus atores locais.

Território

O tema do desenvolvimento territorial passou a ser abordado na discussão da organização em REDE.

Quando se trata do desenvolvimento territorial há que considerar a importância das seguintes dimensões:

► **Socioeconômica:** relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza;

► **Social e cultural:** implica qualidade de vida, equidade e integração social;

► **Ambiental:** se refere aos recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo;

► **Política:** trata-se de aspectos relacionados à governança territorial, bem como ao projeto coletivo independente e sustentável.



Trata-se, portanto, de entender o desenvolvimento territorial a partir da ideia do desenvolvimento “endógeno” de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas.

Nesta perspectiva, a explicação fundamental para o desenvolvimento endógeno está associado ao elevado grau de capital social encontrado nas comunidades em que ações são praticadas. Vale dizer, “capital social” diz respeito às características de organização social que contribuem para o

aumento das ações coordenadas e articuladas.

Esta constatação é fundamental pois sustenta a importância da construção de uma organização social/local/territorial com uma forte capacidade de cooperação em torno do projeto coletivo.

Daí surge a importância do fortalecimento das redes de economia solidária, visto que isso intensificará o requerido “pacto territorial”, que será mediado e impulsionado pela articulação de atores-chave (governo, organização de produtores, cooperativas, sindicatos, associações empresariais etc.) no espaço territorial.

Em outros termos, percebe-se que o conceito estratégico advém da ideia de que o desenvolvimento territorial é fruto de ações conjuntas, colaborativas e participativas, de mobilização social e produtiva do território, com impactos socioeconômicos e políticos mais amplos que se articulam em um território específico.

Os EES têm por base a ação local enraizada na comunidade, compreendida como partilha de

um mesmo território e pertencente a uma rede de relações comuns, o que favorece uma estratégia de desenvolvimento territorial a partir de seu fortalecimento. É justamente esse enraizamento que apresentam com o local no qual se inserem que vai permitir aos empreendimentos possuírem uma relação direta com o desenvolvimento da localidade, potencializando as capacidades e os recursos humanos e materiais endógenos.

Produção, comércio e base de serviços

Os diálogos com as REDES nas Oficinas de Balizamento permitiram refletir sobre a integração da base de serviços com a produção e a comercialização.

Os participantes das oficinas apontaram as principais lacunas (a começar pela produção), evidenciadas a partir da palavra INTEGRAÇÃO.

Ainda que a produção, em geral, esteja direcionada ao empreendimento, na Oficina de Balizamento Conceitual houve uma preocupação em redefini-la num ambiente com vínculos à comunidade, à comercialização, às políticas públicas de educação, às lutas políticas locais e à política de valorização da participação.

No que diz respeito aos métodos de gestão do empreendimento, com ênfase na técnica de mapeamento de oportunidades e desafios, as REDES identificaram como oportunidades:

- ▶ Intercâmbio de informações;
- ▶ Comercialização de produtos intrarredes;

- ▶ Inclusão produtiva de pessoas com protagonismo político;
- ▶ Política da SENAES efetivando a criação e possibilitando o encontro das redes;
- ▶ Ação territorial como forma de integrar as dinâmicas sociais.

Quanto aos desafios, de forma também sintética, podem ser elencados:

- ▶ Gestão dos EES;
- ▶ Como fazer a organização crescer;
- ▶ Mudança de cultura para cooperação (em vez de competição);
- ▶ Socialização de saberes da rede (metodologias);
- ▶ Integrar os princípios da economia solidária como forma de produção, consumo e comercialização;
- ▶ Construção de referências para responder o suporte e assistência;

- ▶ Identificação de e reconhecimento de metodologias.

Como síntese da reflexão coletiva, surge a necessidade das redes reavaliarem sua identidade, seu potencial de integração e seu papel no desenvolvimento local, além de redefinirem sua estrutura de governança.

Nessa oficina ficou clara a necessidade dos EES estarem integrados aos circuitos de comercialização, fato que começa a chamar a atenção para importância do suporte/assessoramento à estruturação dos empreendimentos.

No que diz respeito à comercialização, buscou-se aprofundar e discutir as estratégias que são executadas pelas REDES no campo da comercialização. Esse é um elo bastante sensível, visto que a geração de renda está totalmente condicionada a estratégia de vendas.

As principais estratégias discutidas foram:

- ▶ Armazéns (estocagem);
- ▶ Lojas colaborativas;
- ▶ Hortas comunitárias;
- ▶ Redes Sociais;
- ▶ E-Commerce;
- ▶ Mercados Institucionais.

Observou-se também que quando se busca elaborar uma estratégia de vendas, alguns pontos devem ser considerados:

- ▶ Identidade do produto;
- ▶ Gestão participativa;
- ▶ Planejamento e logística;

- ▶ Princípios de produção e comercialização em conformidade aos definidos da economia solidária;

- ▶ Espaços coletivos de comercialização;
- ▶ Identificação de nichos;
- ▶ Acesso ao capital;
- ▶ Organização legal.

Também foi chamada atenção para necessidade de consolidar os mercados institucionais, em que pese o papel das compras públicas.

Por sua capacidade de empoderar os empreendimentos, econômica e politicamente, ficou claro o caráter estratégico da comercialização. Mais que isso, ficou evidente o quanto este tema deve estar articulado com a gestão da produção.

Dessa forma, o caminho para a integração e o desenvolvimento passa pela definição de estratégias, mais especificamente, pelo planejamento estratégico. No entanto, para traçar essas estratégias de planejamento, as REDES ainda carecem de assessoramento.

A oficina conceitual das bases de serviços confirmou que sua funcionalidade vai além do assessoramento técnico. Ao evidenciar a dimensão estruturante da atuação das bases de serviços mostrou que elas são capazes de: mobilizar atores; articular produtiva e comercialmente o empreendimento; capacitar os empreendimentos; fortalecer a criação de redes; desenvolver e socializar tecnologias sociais; mobilizar politicamente as Redes; e promover o desenvolvimento local.

Uma questão importante levantada nos relatos



das oficinas, diz respeito às diferentes demandas de assessoramento que se formam nos espaços urbanos e rurais.

Em função da amplitude de serviços de assessoramento a serem oferecidos e das especificidades territoriais, ainda se está muito distante da identificação de metodologia comum para atuação das bases de serviços. As faces mais visíveis da atuação das bases serviços ainda estão nos campos da formação e do assessoramento técnico: jurídico, contábil, plano de negócio, comercialização.

Puderam, então, ser destacadas as seguintes funções das bases de serviços:

- ▶ A função estruturante às redes de cooperação solidária, visto que inicia-se com o suporte à formação e articulação dos empreendimentos;
- ▶ Sua importância na organização gerencial;

- ▶ Função decisiva na formação;
- ▶ Funções de assessoria técnica: oferta de instrumentos de planejamento, viabilidade, comercialização e certificação;
- ▶ Chama a atenção o peso político dessas instituições/base na medida em que assumem o papel de articuladoras de políticas públicas em todos os níveis de governo; e,
- ▶ Sua importância para sistematização/registro e disseminação de experiências.

Dessa forma, observa-se que o conceito de base de serviço abarca todas as atividades suporte aos EES, desde o apoio para sua viabilidade e sustentabilidade até a oferta de capacitação para auto-gestão. Isso revela a função estratégica e política das bases de serviços, que está muito além de uma prestação de serviços técnicos.

Fragmentação e heterogeneidade

A necessidade da integração no território apontou para os maiores desafios a serem enfrentados pela organização em REDE: sua heterogeneidade e fragmentação dos empreendimentos que ela representa.

Em termos metodológicos ficou evidenciada a necessidade de construção de planos de redes, planos de sustentabilidade, planos de cadeias produtivas e planos de base de serviços. Ganhou força nesse debate o papel das bases de assessoramento objetivando construir conjuntamente uma estratégia de fortalecimento, integração e mobilização dos grupos que atuam no território.

Nesse aspecto, ganha força a conformação e o fortalecimento de uma base de assessoria técnica, identificada também como uma REDE, capaz de dar suporte aos diversos EES que atuam no território.

Cabe uma especial atenção aos seguintes temas:

- ▶ Fortalecimento da identidade do grupo no desenvolvimento territorial;
- ▶ Arranjos setoriais e/ou cadeias de produção;
- ▶ Estudos de viabilidade de mercado;
- ▶ Gestão de empreendimentos (princípios, planejamento e ações);

- ▶ Preço justo;
- ▶ Comercialização.

Tais ações que, de forma objetiva, visam aprimorar a produção, autogestão e garantir espaços de comercialização, irão garantir a sustentabilidade econômica e, conseqüentemente, fortalecer o protagonismo desses atores locais.

Efetivamente, quando se pensa no desafio para o planejamento estratégico, há dificuldade de formular um modelo. Porém, deve ficar claro que este planejamento tem que adotar uma função estruturante, capaz de promover o diálogo entre os atores no território.

Há necessidade de construir uma estratégia pensada politicamente. Cada passo dado na construção de planos de viabilidade, sustentabilidade e articulação entre redes, de alguma forma modifica o território e constrói nova correlação de forças. Quando se integram projetos dentro do mesmo território, criam-se estruturas e espaços territoriais, articulando a comunidade com espaço público.

Esta não pode prescindir da educação/formação/capacitação.

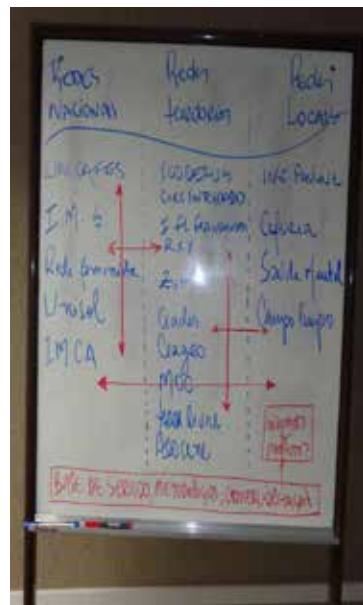
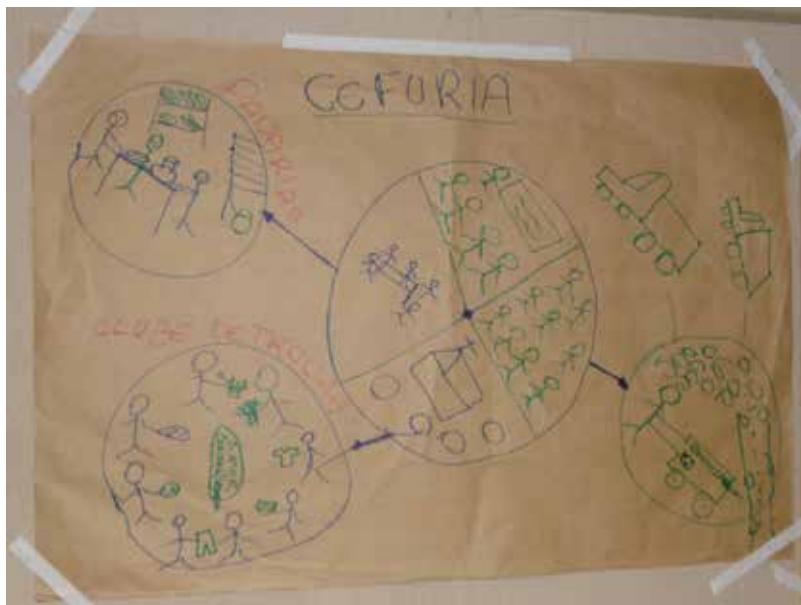
O que são REDES?

O ponto mais relevante foi o processo de discussão e assimilação pelas redes quanto ao seu papel de animadoras no processo de integração local. Em especial, a importância das redes assumirem sua função de suporte e assessoramento para a estruturação econômica e política dos EES em sua base territorial. Nesta perspectiva, o conceito das redes de cooperação solidária passa pela planificação e integração das ações para promover a integração dos costumes, da política, dos processos produtivos e dos resultados.

As redes de cooperação solidária passam a

promover e serem responsáveis pela articulação dos empreendimentos solidários na perspectiva local, regional/territorial e sua integração numa política nacional de economia solidária.

Reforçar a ideia para que os EES se conectem em redes aponta um caminho alternativo, que se constitui numa possibilidade de enfrentamento do atual modelo de produção que exacerba o individualismo, a competitividade desenfreada e a exclusão socioeconômica da maioria. Entretanto, seu êxito depende de sua sustentabilidade no campo econômico e político.





Vantagens da organização em redes

Preocupada com a vulnerabilidade e tentando atuar no campo político, a SEANES ofereceu o conjunto de instrumentos de suporte para o fortalecimento das REDES. Esta oferta de instrumentos reflete a compreensão que esta Secretaria possui acerca do tema.

Em sua proposta, a SENAES descreve os itens mínimos para um plano em rede. Este conjunto de itens deve se iniciar com a construção da IDENTIDADE da REDE, por meio da descrição da REDE (história, número de empreendimentos e de pessoas envolvidas, identidade comum) e o levantamento do potencial de integração da REDE, que pode ser em sua função econômica, logística, comercial ou técnica).

Apenas em um segundo momento, depois de

resgatada a identidade e o potencial de integração, torna-se possível construir o plano de ações e definir a estrutura de governança da REDE.

Na proposta da SENAES é possível identificar dois níveis de integração. O mais simples passa por ganhos de escala e obtenção contínua de oferta para melhorar posição no mercado. Nesse nível se destacam os ganhos que tais redes, atuando de forma integrada, obteriam na comercialização e na compra de insumos.

O segundo nível de integração, proposto pela SENAES é mais complexo, implica na formação de cadeias produtivas com integração de produção e serviços complementares.

Os atores participantes dessas oficinas estão seguindo a metodologia de formação de REDES



propostas pela SENAES.

A necessidade de identificar o espaço para atuação das redes e conseqüentemente construção de planos estratégicos trouxe à tona a reflexão do próprio conceito de território e dos espaços de poder. Mais especificamente, do protagonismo que as REDES devem assumir na apropriação desses espaços.

O conceito de território presente nos documentos de referência da SENAES na primeira fase de balizamento conceitual aponta para a abordagem setorial e considera a organização das iniciativas econômicas solidárias em setores ou segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou ca-

deias produtivas solidárias.

Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço) e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços. Quando esta articulação de empreendimentos abrange diferentes elos de uma mesma cadeia produtiva, trata-se de uma cadeia produtiva solidária. Desse modo, a produção e a comercialização de produtos são

realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se assim, os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias primas até o produto final.

Esta opção de concepção teórica permite que o tema do desenvolvimento territorial seja abordado a partir da noção de Empreendimento Econômico Solidário (EES), organização típica da Economia Solidária. Trata-se, portanto, de entender o desenvolvimento territorial a partir da ideia do desenvolvimento “endógeno” de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas.

Como já apontado, ao se referir ao desenvolvimento territorial tem-se que considerar a importância das seguintes dimensões: a) socioeconômica: relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza; b) social e cultural: implica qualidade de vida, equidade e integração social; c) ambiental: se refere aos recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo e d) política: trata-se de aspectos relacionados à governança territorial, bem como ao projeto coletivo independente e sustentável.

Quando incorporadas tais dimensões à noção de espaço/território, seu conceito se amplia para além da noção geográfica e econômica, pois passa a incorporar as instâncias política, cultural e da cidadania. E este é o conceito a ser apreendido.

Avançando nos conceitos de território, territorialidade e espaços públicos

Território, em sua definição mais simples, pode ser apreendido como o espaço físico natural em que ocorre as relações de produção. Porém, o conceito mais amplo de território mostra que ele se apresenta como uma construção social que vai além do locus da produção humana, visto que é marcado por relações de cooperação, por conflitos, pela solidariedade e de poder.

Nesta visão cada território tem seu histórico e sua cultura, que poderia ser chamado de ecossistema. Neste território, as cidades se articulam em torno da vida-trabalho e resultam de lutas/disputas anteriores, por isso suas características

são historicamente determinadas. Diante disso, a política é algo inerte ao território, tal como as construções/edificações que “contam” a trajetória de desenvolvimento.

É possível encontrar no território novos recortes além da velha categoria região. O território pode ser entendido como resultado da nova construção do espaço e novo funcionamento das horizontalidades e verticalidades. Neste caso, as horizontalidades marcam a contiguidade/lugares vizinhos, enquanto as verticalidades seriam a ligação decorrente de processos sociais. As redes constituem uma expressão da verticalidade.

Todo território é, portanto, um espaço dinâmico que está se transformando a partir da construção da territorialidade.

Considerando que o Estado é o espaço em que se exerce a territorialidade e que suas políticas são formuladas a partir das relações representativas da sociedade, conclui-se que no campo da disputa é preciso ter estratégias.

Ainda que a contradição seja um elemento constitutivo no que tange ao entendimento do Estado e da democracia, deve se ter claro que o Estado, enquanto projeto político, reflete uma estratégia de ação resultante da correlação de forças sociais.

O conceito de espaço público permite construir o conceito de Estado amplificado/democrático, pois mostra que neste estágio a representação social ação do Estado, entendida como a construção e adoção de políticas públicas, é fruto das pressões da sociedade civil.

Em Estados democráticos, a transformação da territorialidade ocorre pela influência e participação das bases/atores sociais. Institucionalidades se fazem presentes, tais como conselhos, fóruns etc. Do ponto de vista da organização, tais brechas institucionais possibilitam a integração de diferentes projetos dentro do mesmo território.

A dimensão democrática do processo se com-

pleta quando fatores políticos e culturais estruturam o espaço, o Estado se transforma em sociedade civil e é capaz de juntar entes plurais e decidir sua forma de atuação.

Dessa forma, discutir território significa discutir atores coletivos, que irão vão construir processos para disputar o espaço.

Isto posto, faz-se necessária a criação de sujeitos coletivos (com organicidade) capazes de disputar os espaços de poder/disputa de hegemonia. Entende-se a formação/educação popular como sendo o fio condutor. Os princípios da autogestão presentes nos empreendimentos econômicos solidários podem se expandir, se articular e incorporar outros atores para fortalecer/consolidar o projeto político.

Neste caso, a “economia política do trabalho associado” deverá se unir com outras forças sociais para disputar o conceito de desenvolvimento, o qual não pode ser centrado apenas na dimensão econômica do desenvolvimento, mas no desenvolvimento humano. E, dessa maneira influenciar na construção de um novo projeto de desenvolvimento.

A necessidade da integração aponta para os maiores desafios a serem enfrentados pela organização em rede: sua a heterogeneidade e fragmentação dos empreendimentos que ela representa.



Conclusão

Se num primeiro momento, a organização dos empreendimentos em REDE se confunde com a perspectiva de similaridade do produto ou do serviço prestado e/ou com a proximidade local, uma reflexão mais aprofundada mostra que sua abrangência é muito mais ampla.

A presença/ação das REDES junto aos EES resultam em práticas a serem compartilhadas, ausências a serem preenchidas e, em especial, focar na função estratégica de mobilização e suporte aos EES que elas representam.

É importante, face ao contexto de fragmentação dos empreendimentos econômicos solidários, e às suas fragilidades inerentes (econômicas, financeiras, de gestão, assessoramento técnico, jurídico etc.) reforçar um modelo de organização em REDE que envolva a produção, a comercialização e o assessoramento em seu sentido amplo (técnico, jurídico, contábil, de acesso ao crédito) com

FOCO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

É necessário, portanto, transpor o atual cenário de fragmentação, rumo à sensibilização que a atuação em REDE permite ganhos de escala e de escopo em suas atividades, levando, consequentemente, ao fortalecimento da economia solidária enquanto modelo de organização da produção, da comercialização e de suas bases de serviços.

O êxito dessas experiências ou alternativas de produção e de organização comunitária, no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório, depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo, capazes de conquistar espaços políticos de poder.

Referências bibliográficas

- CUNHA, M. (1999) Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. Estudos Avançados da USP, 1999.
- DOWBOR, L. (2007) Democracia Econômica: um passeio pelas teorias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007, 196p.
- FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.
- MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57-72.
- JARA, O. (2007) Sistematização de experiências: aprender a dialogar com os processos. CIDAC, 2007.
- SANTOS, Boaventura. Prefácio. In: SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SENAES (2013) Apoio e Fomento as Iniciativas de finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário. In Política Nacional de Economia Solidária. Vol 4 Termo de Referência, MTE, Brasília, 2013
- SILVA, R.F. (2011) Bases de Serviço de Comercialização – BSCs: elementos para compreensão da Estratégia. Texto Técnico, DECOOP/SDT/MDA, Brasília, Junho de 2011.





Caderno temático 1
**O QUE SÃO REDES DE
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA**

REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

